

## **Contrato**

### **Empreitada de obras de reinstalação do Serviço de Finanças da Lourinhã**

#### **Primeiro Outorgante**

Estado Português, através da Autoridade Tributária e Aduaneira também designada por AT, com sede na Rua da Prata, nº 20-22, em Lisboa, pessoa coletiva nº 600 084 779, representado pelo Subdiretor-geral da Área de Recursos Financeiros e Patrimoniais da AT, Dr. xxxxxxxxxxxxxx

#### **Segundo Outorgante**

O Adjudicatário, CASAPLANO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LDA., pessoa coletiva n.º 513 351 655, com sede em Avenida Tenente Valadim, 7A, 2560-277 Torres Vedras, representado no ato por xxxxxxxxxxxxxx, titular do Cartão do Cidadão nº xxxxxxxxxxxx válido até xxxxxx, na qualidade de representante legal do segundo outorgante, com poderes para outorgar o presente contrato.

Tendo em consideração que:

O procedimento nº 01/CP/AT/2022, relativo ao presente contrato, foi aberto por concurso público, de acordo com a alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos;

A decisão de adjudicação e aprovação da minuta do contrato, foram tomadas por despacho de 16 de março de 2022, do Sr. Subdiretor-geral da Área de Recursos Financeiros e Patrimoniais da AT, Dr. Nelson Roda Inácio, no uso de competência subdelegada.

A despesa inerente ao contrato está prevista no orçamento da Autoridade Tributária e Aduaneira, para o ano de 2022, na rubrica D.02.02.03.00.00, com o compromisso nº 6952204867.

É celebrado o presente contrato que se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente contrato tem por objeto a execução de empreitada de obras de reinstalação do Serviço de Finanças da Lourinhã.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Preço**

O preço a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato é de 336.294,85€ (Trezentos e trinta e seis mil, duzentos e noventa e quatro euros e oitenta e cinco centimos), ao qual acresce o IVA à legal em vigor.

#### **Cláusula 3.ª**

---

### **Local de execução da empreitada**

A empreitada será executada nas instalações do Serviço de Finanças da Lourinhã, sito na Av. António José de Almeida 2, Lourinhã.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Prazo de execução**

1 - O prazo da empreitada é de 150 (cento e cinquenta) dias e será executada de acordo com o estipulado nas cláusulas do Caderno de Encargos, complementadas pelo:

a) **Programa de concurso;**

b) **Projeto de Execução**, o qual inclui, além de outros elementos constantes de regulamentação aplicável, as seguintes peças: Memória descritiva e justificativa, Medições, Mapa de quantidades, Peças desenhadas.

2 - O prazo de execução da obra começa a contar-se, a partir da data da conclusão da consignação total ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 362.º do CCP.

### **Cláusula 5ª**

#### **Prazo de garantia**

O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:

- a) Dez anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;
- b) Cinco anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas;
- c) Dois anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

### **Cláusula 6.ª**

#### **Pagamento**

1 - O pagamento será efetuado 60 (sessenta) dias contados da data de receção da fatura, correspondente aos trabalhos efetivamente prestados.

2 - A fatura deverá ser discriminada.

3 - Ao valor dos pagamentos será retido 5% para garantia do cumprimento de todas as obrigações legais, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP.

4 - O atraso no pagamento das faturas devidas pela AT confere ao fornecedor o direito de exigir juros de mora, nos termos previstos pelo Decreto-Lei n.º 32/2003.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Contrato**

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual.
- 2 - O contrato integra ainda os seguintes elementos:
  - a) O Caderno de Encargos;
  - b) A proposta adjudicada;
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Nomeação de Gestor**

Para efeitos do disposto no artigo 290º- A do CCP, a Entidade Adjudicante nomeia como gestor responsável pelo contrato a Eng.ª xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Objeto do dever de sigilo**

O Segundo Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo disposto no convite e no caderno de encargos do procedimento que lhe deu origem, pelo Código dos Contratos Públicos (CCP) e demais legislação portuguesa aplicável.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Foro Competente**

Para dirimir qualquer conflito emergente da presente prestação de serviços é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**

**Disposições finais**

1. Pelos outorgantes foi declarado que aceitam o presente contrato com todas as suas cláusulas, condições e obrigações, de que tomaram perfeito e inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.
2. O presente contrato, foi elaborado em duplicado, aos 29 dias do mês de março de 2022, sendo um exemplar para cada um dos Outorgantes.

O PRIMEIRO OUTORGANTE

Autoridade Tributária e Aduaneira

O SEGUNDO OUTORGANTE

CASAPLANO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LDA.